

# 90 ANOS FORTALECENDO A DEMOCRACIA



BANCÁRIOS DE SÃO PAULO  
1923 - 2013

Sindicato dos Bancários e Financeiros  
de São Paulo, Osasco e Região **CUT**



**Fortaleciendo a democracia**



Editora Gráfica Atitude Ltda.  
Rua São Bento, 365, 19º andar,  
Centro, São Paulo, CEP 01011-100  
Tel. (11) 3295-2800



**Sindicato dos Bancários e Financeiros  
de São Paulo, Osasco e Região CUT**

[www.spbancarios.com.br](http://www.spbancarios.com.br)

**Sede:** Rua São Bento, 413, Centro, São Paulo, CEP 01011-100, telefone (11) 3188-5200

# 90 anos fortalecendo a democracia

**Bancários de São Paulo - CUT  
1923 - 2013**

**Presidenta:** Juvandia Moreira Leite

**Diretoria Executiva:** Ana Tercia Sanches, Carlos Miguel Damarindo (Secretaria de Assuntos Jurídicos Individuais), Daniel Santos Reis (Secretaria de Organização e Suporte Administrativo), Ernesto Shuji Izumi (Secretaria de Imprensa e Comunicação), Ivone Maria da Silva (Secretaria de Estudos Sócio-Econômicos), Kardec de Jesus Bezerra (Secretaria Cultural), Maria Rosani Gregoruti Hashizumi (Secretaria de Relações Sindicais e Sociais), Marta Soares dos Santos (Secretaria de Saúde e Condições de Trabalho), Neiva Maria Ribeiro dos Santos (Secretaria de Formação Sindical), Raquel Kacelnikas (Secretaria Geral), Rita de Cássia Berlofa (Secretaria de Finanças), Vera Lúcia Marchioni (Secretaria de Assuntos Jurídicos Coletivos); **Diretores:** Adozinda Praça de Almeida, Adriana Maria Ferreira, Adriana Oliveira Magalhães, Aladim Takeyoshi Lastani, Alexandre de Almeida Bertazzo, Alexandre Tadeu do Livramento, Amélia Assis Andrade Santos, André Luis Rodrigues, Antônio Alves de Souza, Antônio Carlos Cordeiro, Antônio Inácio Pereira Junior, Antônio Joaquim da Rocha, Bruno Scola, Cássio Roberto Alves, Cássio Toshiaki Murakami, Clarice Torquato Gomes da Silva, Cláudio Luis de Souza, Cláudio Vanderlei Ferreira da Rocha, Edilson Montrose de Aguiar Junior, Edison José de Oliveira, Edson Carneiro da Silva, Eduardo Medrado Nunes, Erica de Oliveira B. Simões, Erico de Souza Brito, Felipe Aurélio Garcez de Castro, Flávio Monteiro Moraes, Givaldo Lucas, João Luiz Fukunaga, João Paulo da Silva, João Roberto de Almeida, José do Egito Sombra, Jozivaldo da Costa Ximenes, Julio Cesar Silva Santos, Karina Carla P. Prenholato, Liliane Maria Santos Fiuza, Luiz Carlos Costa, Manoel Elídio Rosa, Marcelo Gonçalves, Marcelo Peixoto de Araújo, Marcelo Pereira de Sá, Márcia do Carmo Nascimento Basqueira, Marcos Antônio do Amaral, Maria Carmem do Nascimento Meireles, Maria Cristina Castro, Maria do Carmo Ferreira Lellis, Maria Helena Francisco, Selma do Nascimento, Mário Luiz Raia, Marta Soares dos Santos, Mauro Gomes, Nelson Ezídio Bião da Silva, Onísio Paulo Machado, Paulo Roberto Salvador, Paulo Sérgio Rangel, Rafael de Castro, Ramilton Marcolino, Renata Piazza, Ricardo Oliveira Terrível Barcellos, Rogério Castro Sampaio, Roseane Vaz Rodrigues, Rubens Blanes Filho, Rubens Luiz Neves, Sandra Regina Vieira da Silva, Sergio Francisco, Silvio Aragusuku, Tania Maria da Costa, Tânia Teixeira Balbino, Vagner Freitas, Valdir Fernandes, Vanderlei Pereira Alves, Wagner Cabanal Mendes, Willame Vieira de Lavor, William Mendes de Oliveira; **Diretores honorários:** Ana Maria Érnica, Francisco Cezar Bernardo de Lima, José Ricardo Sasseron, Luiz Cláudio Marcolino, Maria da Glória Abdo, Raimundo Nonato Dantas de Oliveira e Washington Batista Farias.



**Sindicato dos Bancários e Financeiros  
de São Paulo, Osasco e Região CUT**



## UMA HISTÓRIA DE LUTAS E CONQUISTAS

**S**ão 90 anos de história. O dia 16 de abril de 2013 marca uma rica trajetória, da qual os trabalhadores têm muito a se orgulhar: o aniversário de nove décadas do Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, Osasco e Região. Este livro é um resgate, para manter a memória de pelo menos parte desse percurso tão intenso.

Toda vez que se lutou pelo fortalecimento da democracia no Brasil, por inclusão social, pela ampliação de direitos à classe trabalhadora, bancários e Sindicato estiveram juntos, protagonistas de alguns dos mais marcantes episódios que levaram o país ao patamar em que hoje se encontra: uma das maiores economias do mundo.

O papel do movimento sindical é muito importante nesse longo processo. Aqui e em quase todos os países do mundo, a organização e resistência dos trabalhadores fazem mover a roda da história no sentido de ampliar a democracia, os direitos, a cidadania, fortalecer a inclusão social. Não à toa, em todos os processos em que uma ditadura se instala, os sindicatos e seus dirigentes são os primeiros a serem atacados, reprimidos, cassados.

No Brasil não foi diferente. Se hoje vivemos um ambiente democrático, essa conquista é recente. Há pouco mais de 20 anos voltamos a exercer o direito de eleger nosso presidente da República. E ainda batalhamos por reformas importantes para tornar nosso país mais justo e igualitário. Reformas pelas quais outros trabalhadores lutaram praticamente durante toda essa existência de nove décadas.

Estamos fortalecendo a democracia conquistada a tão duras penas. Temos essa preocupação e defendemos essas mudanças porque sabemos que um sindicato cidadão luta pelos direitos corporativos dos trabalhadores e também para transformar o mundo em que vivemos.

Toda essa luta é desigual, enfrenta setores poderosos de uma minoria privilegiada. Mas o que nos move – a todos que construímos essa linda história de 90 anos – é mais forte: a busca por igualdade, distribuição de renda e inclusão social.

Avançamos muito e temos muito ainda para conquistar. A luta dos trabalhadores não para.

A Diretoria



# SUMÁRIO

## Parte 1

### Bancários: uma longa história de lutas e conquistas (1923-1993)

- 10 Da década de 1920 ao início dos anos 1990
- 11 *Nasce o sindicato*
- 12 Os anos 1930: os trabalhadores bancários em cena
- 13 *Da pena ao microchip*
- 14 Impasses, cisões, repressão e acomodação
- 15 *O IAPB*
- 16 O fim do Estado Novo: o sindicato ainda sob controle
- 17 1946: nova greve nacional
- 18 A Guerra Fria no Sindicato
- 19 “Nós lutamos pelo direito”: a greve de 1951
- 20 A criação do Departamento Feminino
- 20 *O fim do trabalho aos sábados*
- 21 1961: a greve da dignidade
- 22 A ditadura civil-militar
- 24 A greve de 1978: a mudança que vem da base
- 25 O Novo Sindicalismo e a vitória da Oposição Bancária
- 26 1983: greve geral, intervenção no Sindicato e resistência
- 28 Acabando com a ditadura... no país e no Sindicato
- 29 A greve de 1985: se não sacou...
- 30 Os bancários na “Nova República”: crise econômica e luta por direitos
- 31 *Os bancários e a Constituinte*
- 32 O início dos anos neoliberais

## Parte 2

### O sistema financeiro e os trabalhadores bancários (1993-2013)

- 36 Um novo, desregulado e perigoso mundo financeiro
- 37 Os bancos brasileiros: tradição e rupturas
- 40 O trabalho bancário nos últimos 20 anos
- 43 *O banco do futuro*
- 44 As bancárias e os bancários de São Paulo, Osasco e região hoje

## Parte 3

### Resistir, lutar e conquistar (1993-2013)

- 48 1993-2013 - Mais duas décadas organizando os bancários
- 49 1993-2002: A era da resistência
- Campanhas salariais**
- 50 1993 - Lutas locais asseguram conquista nacional
- 52 1994 - Com criatividade, a conquista de um novo direito: a cesta-alimentação
- 54 1995 - A conquista da Participação nos Lucros e Resultados
- 56 1996 - A primeira greve da categoria após a implantação do Real
- 58 1997 - Resistir é preciso: a tomada da Cidade de Deus, matriz do Bradesco
- 60 1998 - Em defesa da jornada de 6 horas para todos os bancários
- 62 1999 - O mesmo presidente, a mesma política: mais um ano de reajuste zero
- 64 2000 - Em meio a derrotas, a conquista da cláusula sobre igualdade de oportunidades
- 66 2001 - Garantindo direitos: a luta dos banespianos, símbolo de resistência
- 68 2002 - Em compasso de espera, a categoria busca a (re)unificação
- 69 2003-2012: A era das (re)conquistas
- 70 2003 - Rumo a uma nova era: resgatando a dignidade
- 72 2004 - A unificação da categoria: todos juntos na mesma luta
- 74 2005 - Conquistas pioneiras mesmo diante da censura e da repressão
- 76 2006 - Conquistas na PLR e avanços na saúde para o combate às metas e ao assédio moral
- 78 2007 - Mais unidade da categoria, mais uma cláusula na CCT: a 13ª cesta-alimentação
- 80 Uma forte e organizada greve em meio à crise muda a regra básica da PLR
- 82 2009 - A ampliação da licença-maternidade e a isonomia de direitos para homoafetivos
- 84 2010 - Conquista inédita: a cláusula de combate ao assédio moral na CCT

- 86 2011 - Mais um golpe nas metas e no assédio moral com o fim da divulgação de rankings
- 88 2012 – Mais avanços na área de segurança bancária e saúde dos trabalhadores
- 90 Convenção Coletiva Nacional dos Bancários (1992-2012)
- 91 *As conquistas da CCT*
- 92 Emprego, renda e relações de trabalho
- 98 Fusões, aquisições e privatizações no setor financeiro
- 99 A luta contra as privatizações: em defesa do emprego e da sociedade
- 100 A longa resistência dos banespianos
- 103 A luta dos funcionários da Nossa Caixa
- 104 Combatendo a terceirização como precarização do emprego
- 107 *Terceirização via correspondentes bancários*
- 108 Financeiras e cooperativas de crédito
- 109 *O Sindicato na luta pela Previdência*
- 110 Justiça tributária para um país menos desigual
- 112 Recuperando direitos também na Justiça
- 113 Luta pela redução das taxas de juros
- 114 Por um sistema financeiro nacional a serviço de toda a sociedade
- 115 Pelo direito de lutar: atuação contra práticas antissindicalistas
- 116 Segurança bancária para preservar a vida
- 118 Saúde e condições de trabalho como temas centrais para o Sindicato
- 124 Reconhecendo a diversidade: a luta por igualdade de oportunidades
- 125 Igualdade de gênero
- 126 *A primeira presidenta do Sindicato*
- 127 Igualdade racial
- 128 Igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência
- 129 Outro banco é possível: lutas do presente e do futuro

## Parte 4

### Uma organização dos trabalhadores na luta pela cidadania e pela democracia

- 132 Organizar para lutar e conquistar

- 133 A estrutura organizacional do sindicato
- 134 Comunicação sindical e construção da democracia
- 139 *Bangraf*
- 140 Formação sindical e profissional
- 141 *A formação profissional na história do Sindicato*
- 143 Centro de Pesquisas 28 de Agosto
- 144 Projetos culturais e lazer
- 145 *Convênios*
- 146 O Sindicato no movimento sindical
- 147 *Central Única dos Trabalhadores*
- 148 *Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro*
- 149 *O primeiro bancário a presidir a CUT*
- 150 *Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito de São Paulo*
- 151 *UNI Global Union*
- 152 *Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudo Socioeconômicos*
- 153 Pelo fim do Imposto Sindical
- 153 *Reforma sindical*
- 154 Construindo redes sindicais internacionais: a luta por acordos marcos globais
- 156 O Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região: escola de política e cidadania
- 157 *Travessia: da rua à cidadania*
- 159 *Cine B*
- 161 *São Pilantra e Bloco dos Bancários*
- 161 *Bancredi*

### Processos eleitorais e Diretorias (1991-2014)

- 164 Gestão 1991-1994
- 165 Gestão 1994-1997
- 166 Gestão 1997-2000
- 167 Gestão 2000-2002
- 168 Gestão 2002-2005
- 169 Gestão 2005-2008
- 170 Gestão 2008-2011
- 171 Gestão 2011-2014

- 172 **Bibliografia e fontes**



BANCÁRIOS: UMA LONGA HISTÓRIA  
DE LUTAS E CONQUISTAS (1923-1993)

Fotografia tirada em 1934 - 13/6/34.  
(primeira fila)  
Na escadaria da Catedral - aguardando ordens -

## DA DÉCADA DE 1920 AO INÍCIO DOS ANOS 1990

Dono de uma das mais ricas histórias do sindicalismo brasileiro, o Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, Osasco e Região tem uma longa trajetória de lutas e conquistas. Entidade fundamental e motivo de orgulho para a categoria bancária, o Sindicato tem sido, ao longo dos anos, um ator decisivo não apenas para a organização nacional e internacional dos

trabalhadores, mas também um dos principais agentes políticos da sociedade civil na luta pela transformação social e pela construção de uma cidadania plena. Neste capítulo, fazemos uma retrospectiva de alguns dos principais momentos dos caminhos percorridos pelo Sindicato, desde sua fundação em 1923 até o início dos anos 1990. Ele é, em larga medida, baseado no livro *A História*

*dos Bancários. Lutas e Conquistas* (1923-1993), publicado pelo Sindicato quando das comemorações de seus 70 anos de fundação. Greves, negociações, disputas, lideranças sindicais e políticas, formas de organização, a participação das mulheres bancárias, direitos conquistados são, entre outros, temas retratados e articulados com a história política, social e econômica do país nesse período. ■



Original: Metrô/CEDOC

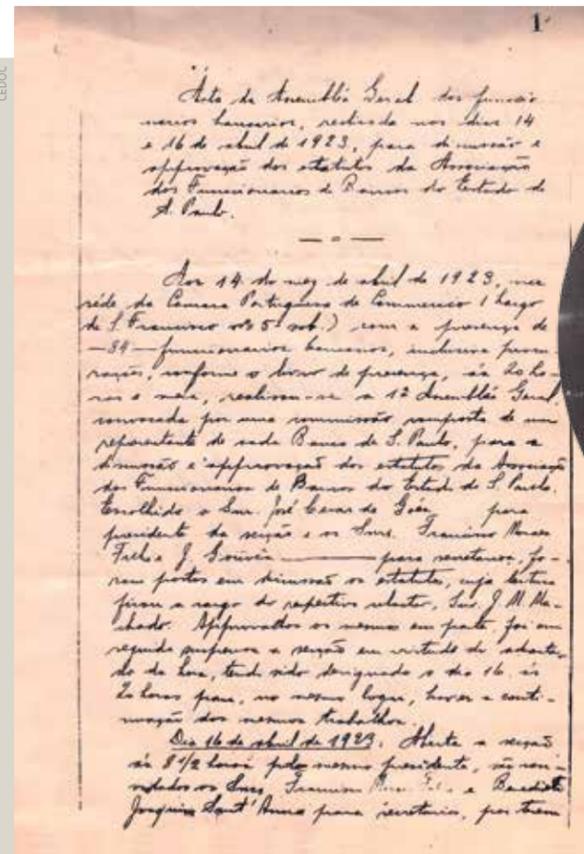
## NASCE O SINDICATO

Apesar de algumas tentativas isoladas, é somente em 1808, com a vinda da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, que surgia o primeiro banco em terras brasileiras. Após a independência começaram a surgir bancos regionais. Mas durante um longo período eles se concentraram no Rio de Janeiro, então a capital, e em São Paulo, por conta do café, principal produto econômico do país.

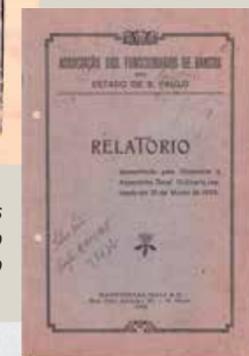
Como boa parte dos trabalhadores, os bancários de São Paulo inicialmente organizaram-se em torno de associações mutualistas e, depois, constituíram sua entidade sindical. No dia 16 de abril de 1923, com a presença de 84 bancários, foram aprovados os estatutos e eleita a primeira diretoria da Associação dos Funcionários de Bancos do Estado de São Paulo, pioneira no Brasil. Nos seus primórdios, a Associação teve uma atuação conservadora, contando com uma presença acentuada de bancários com funções mais graduadas.



Retrato de Francisco Silva Pinto, fundador e presidente do Sindicato



Primeira página da ata de fundação do Sindicato



Relatório dos dois primeiros anos de vida do Sindicato



O Palacete Baruel abrigou a primeira sede do Sindicato, no centro da capital



Primeiro número do órgão oficial do Sindicato, Vida Bancária, de 1924

## OS ANOS 1930: OS TRABALHADORES BANCÁRIOS EM CENA

Com a chamada Revolução de 1930, a classe trabalhadora assumiu uma centralidade crescente na cena política brasileira, redefinindo o papel de suas entidades de classe como meio de conquista de suas reivindicações e dos seus direitos. Com os bancários não foi diferente. A partir de então, inicialmente através de segmentos da categoria, e depois como um todo, os bancários passaram a lutar por melhores condições de trabalho de forma mais ativa. Já em abril de 1932, estourava a primeira greve de bancários no Brasil. Iniciada entre os trabalhadores do Banco do Estado de São Paulo, na cidade de Santos, a paralisação logo se expandiu para a capital paulista, impulsionando importantes mudanças na ação do Sindicato, que já se refletiam numa crescente percepção dos bancários sobre o caráter nacional de sua atividade e, portanto, de suas demandas.

Assim, reivindicações como a jornada de seis horas, a regulamentação do trabalho noturno, a criação de uma caixa única de aposentadorias e pensões e o contrato coletivo de trabalho passaram a integrar a pauta da categoria desde então. Em 1933, ano em que a Associação dos Bancários passou a se chamar Sindicato dos Bancários de São Paulo, foi conquistada uma jornada de 36 horas semanais (ainda se trabalhava aos sábados). A luta por direitos e o crescimento da mobilização levaram os bancários a uma inédita greve nacional durante três dias de julho de 1934. Com a vitória da



■ Bancários em greve reúnem-se na escadaria da Catedral da Sé, em 1934



■ Uma mobilização característica dos bancários paulistanos na greve de 1934: todos iam em passeata até as sedes dos jornais para levar as reivindicações da categoria

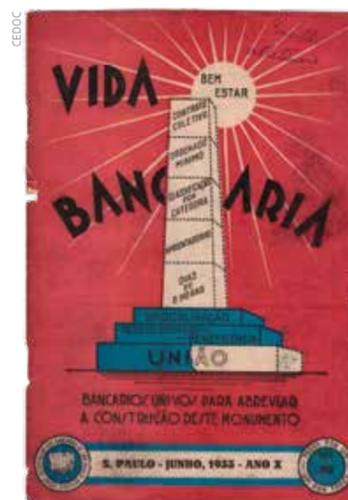


■ A diretoria do Sindicato em 1931, presidida por Antônio Silveira Mello (sentado, o terceiro da esquerda para a direita)

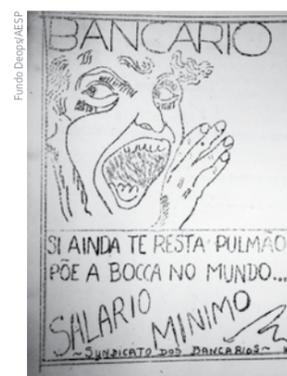
paralisação, os bancários conquistaram a aposentadoria aos 30 anos de serviço e 50 anos de idade, estabilidade no emprego ao se completarem dois anos de serviço e a criação de uma caixa de aposentadoria e pensões dos bancários brasileiros, o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários-IAPB (ver box na pág. 15), sendo mantida a dos funcionários do Banco do Brasil. ■



■ Visita do ministro do Trabalho Lindolfo Collor (no centro, de óculos, ao lado do presidente Antônio Silveira Mello) em maio de 1931 para comunicar o reconhecimento oficial do Sindicato e receber as reivindicações da categoria



■ Capa de Vida Bancária, onde estão listadas as principais reivindicações dos bancários



■ Panfleto estimula a luta dos bancários pelo salário mínimo



■ Nos anos 1940 para um cliente sacar um cheque havia uma longa operação. Ele recebia do caixa uma ficha metálica e aguardava. Sua assinatura era verificada por um grupo de funcionários, seu saldo por outro e, por fim, um terceiro grupo autenticava o saque, o qual era pago pelo caixa ao cliente



■ Máquinas autenticadoras dos anos 1950



### Da pena ao microchip

Situados em um dos mais dinâmicos setores do capitalismo, os trabalhadores bancários têm vivenciado cotidianamente os rearranjos econômicos, políticos e institucionais e as transformações tecnológicas de modo intenso. Da escrituração feita manualmente aos serviços *on line* utilizados pelos clientes em suas residências, o trabalho dos bancários sofreu enormes modificações. ■



■ A informatização dos bancos veio acompanhada da supressão e acumulação de funções do trabalhador bancário e, muitas vezes, da deterioração do atendimento ao público

# IMPASSES, CISÕES, REPRESSÃO E ACOMODAÇÃO

**A** Constituição promulgada em 1934 instituiu o pluralismo sindical e a cidade de São Paulo viu nascer, no final deste ano, o Sindicato de Funcionários Bancários, que congregava altos funcionários de bancos que dirigiram as caixas privadas de previdência. Já o Sindicato dos Bancários, além da sua atuação em defesa da categoria, agiu no sentido de criar organismos nacionais de ação sindical, como a Federação dos Bancários do Brasil e a Confederação Sindical Unitária do Brasil. No entanto, o Sindicato dividia-se em duas fortes correntes, uma mais combativa, que dirigia a entidade, e outra com vínculos com a burocracia do Ministério do Trabalho.

A repressão desencadeada após as rebeliões comunistas de 1935 ampliou as ameaças de intervenção do Ministério, levando a diretoria do Sindicato a renunciar no final daquele ano. A Junta Governativa que a substituiu não conseguiu fazer face às pressões e renunciou após três meses, sendo substituída pelo grupo vinculado ao Ministério do Trabalho, que conduziu o Sindicato a uma nova orientação: "justiça e paz social, dentro das normas legais", que se desdobrava em medidas como a entrega da lista de todos os associados do Sindicato à polícia política paulista.

Neste período de conciliação, depois do golpe de Estado de 1937, que criou o chamado Estado Novo, ocorreu a fusão do Sindicato dos

Bancários com o Sindicato dos Funcionários Bancários, surgindo o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo, em junho de 1939. Atuando em um período ditatorial marcado pela ideologia oficial de "colaboração social", as diretorias do sindicato até 1945 tornaram-se conhecidas por sua passividade diante dos banqueiros e do Estado. ■

■ Veículos de comunicação dos dois sindicatos de bancários existentes em São Paulo entre 1934 e 1939



■ Na homenagem dos sindicatos paulistas à promulgação do Estado Novo em 1937, vemos o diretor do Sindicato Memolo Neto (no centro, de terno escuro e de óculos) ao lado do presidente da República, Getúlio Vargas



■ Assembleia de fusão do Sindicato dos Bancários com o Sindicato dos Funcionários Bancários em 1939

## O IAPB

Reivindicação conquistada na greve nacional de 1934, o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários funcionou até 1966, quando foi extinto pela ditadura e unificado no Instituto Nacional de Previdência Social. Administrado com zelo pela categoria durante sua existência, o IAPB – o único dos institutos previdenciários que recebia a parte referente à contribuição patronal – era responsável pelas aposentadorias, pensões, auxílios-maternidade, auxílio-enfermidade, assistência médica, assistência hospitalar, carteira de empréstimos e carteira predial. Os bancários sempre fizeram da sua participação na administração do IAPB um ponto de honra, evitando, assim, que intromissões e interesses externos à categoria propiciassem desvios de finalidade. ■



■ Notícia sobre a criação do IAPB em 1935



■ O conjunto Santo Antônio, no Mandaqui, a última obra habitacional construída pelo IAPB



■ Posse da diretoria presidida por Armando Zaratin (o quarto sentado, da esquerda para a direita), que dirigiu o Sindicato de 1942 a 1945

## O FIM DO ESTADO NOVO: O SINDICATO AINDA SOB CONTROLE

Pouco antes do final da ditadura do Estado Novo, no bojo do processo de participação do Brasil ao lado das Forças Aliadas contra o nazismo na Segunda Guerra Mundial, ocorreu um processo de reativação da vida sindical no país. Os bancários também passaram por ele e nas eleições de 1943 elegeram uma direção de oposição, presidida por Edgard Figueiredo Grell, a qual, no entanto, só tomou posse em 1945, com a queda do regime ditatorial.

Ao mesmo tempo, emergiram os Centros Democráticos, movimento de oposição no interior de vários sindicatos. Em 1944, o Centro Democrático dos Bancários foi fundado e defendeu, além do retorno do estado democrático de direito, a liberdade e a autonomia sindical, a intensificação da sindicalização e a defesa das conquistas da categoria (jornada de seis horas, estabilidade, aposentadoria etc.). A unificação de vários Centros Democráticos resultou na criação do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), presidido pelo bancário Spencer Bittencourt.

Com o fim do Estado Novo foram convocadas eleições para uma Assembleia Constituinte, acabou a censura e os partidos políticos reapareceram, inclusive o PCB (Partido Comunista do Brasil). Embora a nova Constituição apresentasse significativos avanços democráticos, o arcabouço corporativo sindical herdado do Estado Novo foi mantido essencialmente incólume. ■



■ Visita ao Sindicato do adido trabalhista da embaixada norte-americana, Joseph Rowell (ao centro, segurando a pasta), em meados dos anos 1940. À sua esquerda o diretor Mario Della Rosa e à direita o presidente Edgard Grell



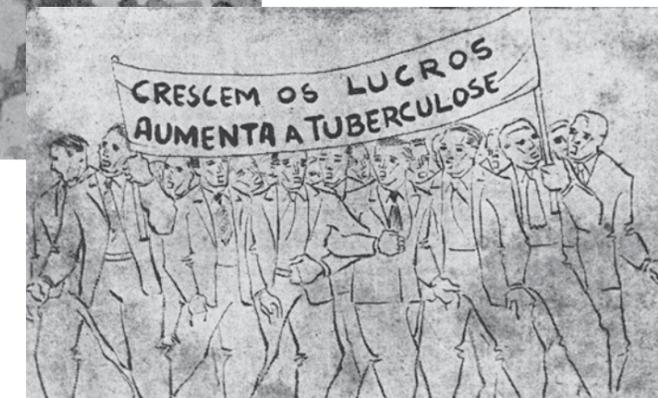
■ Diretores do Sindicato (da esquerda para a direita): Aurélio Siniegui (4º), o presidente Edgard Grell (5º) e Antônio Schiliró (6º)



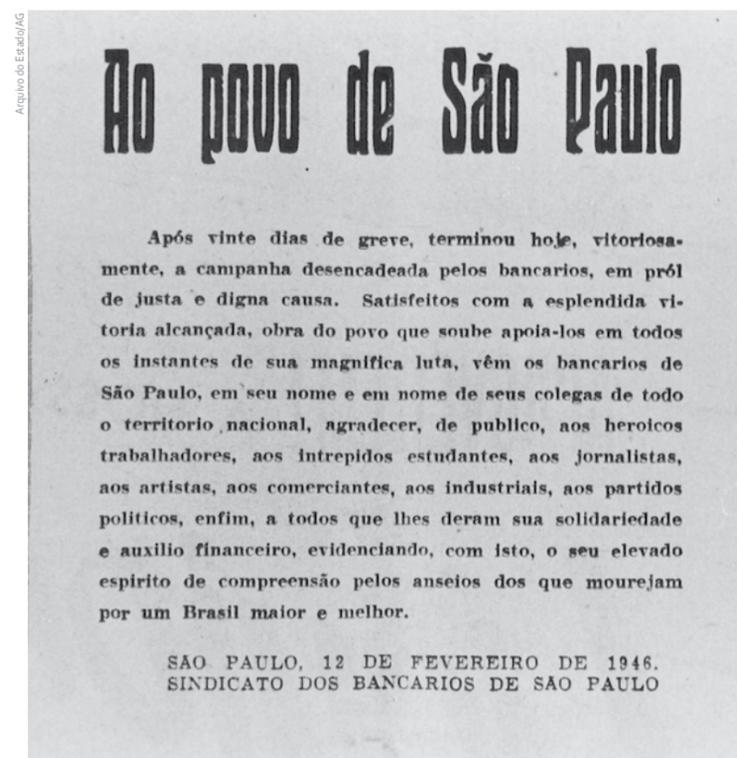
■ Armando Zaratín discursando na cerimônia de posse da nova diretoria em 1945



■ Passeata dos bancários paulistanos em 23 de janeiro de 1946



■ A mesma passeata retratada pelo artista plástico Clóvis Graciano no diário comunista Hoje



■ Comunicado do Sindicato publicado nos jornais paulistanos

## 1946: NOVA GREVE NACIONAL

Entre 24 de janeiro e 12 de fevereiro de 1946, os bancários de todo o Brasil entraram em greve reivindicando um salário mínimo profissional, conquista então de algumas poucas categorias. Eles obtiveram importantes vitórias: abonos anuais, aumento geral e reajuste retroativo a janeiro de 1946, e a não punição dos grevistas. Em relação ao salário mínimo profissional, obteve-se a promessa de que seria futuramente estudado pelo governo do marechal Eurico Gaspar Dutra, que havia acabado de tomar posse na Presidência da República. Entretanto, o movimento nacional dos bancários fez com que o novo governo mostrasse a sua face: em março promulgou a Lei de Greve, a qual impedia a paralisação nos chamados setores essenciais, incluindo o bancário. ■



■ "Painel de entrada" confeccionado pelos grevistas em São Paulo

## ■ A GUERRA FRIA NO SINDICATO

Após o final da Segunda Guerra Mundial emergiram dois grandes blocos internacionais, um hegemônico pelos Estados Unidos e o outro pela União Soviética. Ambos travaram uma disputa em escala planetária que foi conhecida como Guerra Fria e na qual o governo do Brasil imediatamente se alinhou com o campo dos Estados Unidos. Este alinhamento desencadeou um processo de cerceamento das liberdades democráticas voltado contra aqueles que o governo brasileiro julgava estarem alinhados ao campo da União Soviética.

Em termos práticos, com o Partido Comunista do Brasil posto na ilegalidade, os seus parlamentares perderam os mandatos e os sindicatos e confederações que supostamente tinham vínculos com os comunistas foram fechados ou sofreram intervenção do Ministério do Trabalho. O Sindicato dos Bancários foi um deles, tendo o Ministério nomeado uma Junta Interventora em agosto de 1947. Os comunistas, que tinham significativa atuação no sindicato, depois de incentivarem, em 1949, a criação das Comissões Pró-Salário Digno e, em seguida, das Comissões de Defesa dos Bancários, fundaram a União dos Bancários do Estado de São Paulo em agosto de 1950. Meses depois, com o fim da intervenção, conquistaram nas eleições novamente a Diretoria do Sindicato com a Chapa Libertadora. ■



■ Prontuário do Sindicato dos Bancários no DOPS. Desde os anos 1930, a categoria foi constantemente vigiada e reprimida pela polícia política



■ Programa da Chapa Libertadora



■ Visita da Junta Interventora do Sindicato ao presidente Dutra em 1947 (da esquerda para a direita): Mario Della Rosa; Alirio Soares Coelho, Morvan Dias Figueiredo (ministro do Trabalho), Eurico Gaspar Dutra, Aracy Paraguassu Barbosa (presidente da Junta), Ângelo Mendes de Moraes, Ladislau Filguth e Aurélio Sinieghi



■ Milton Pereira Marcondes, presidente eleito da Chapa Libertadora, toma posse no Sindicato em abril de 1951

## ■ “NÓS LUTAMOS PELO DIREITO”: A GREVE DE 1951

Em 1951, a nova diretoria encaminhou a campanha salarial reivindicando reajuste de 40%, salário mínimo profissional e adicional por tempo de serviço. Inicialmente articulada em caráter nacional, ela acabou praticamente se restringindo à cidade de São Paulo. A intransigência dos banqueiros fez com a greve fosse deflagrada em 28 de agosto de 1951, que viria a se tornar o Dia do Bancário. Reprimido pela polícia, boicotado pela mídia, o movimento acabou durando 69 dias e foi encerrado quando o Tribunal Regional do Trabalho concedeu 31% de reajuste, ao rever os cálculos de inflação. Se, de um lado, houve retaliação dos banqueiros, com demissões e transferências de bancários estáveis para o interior do estado de São Paulo, de outro, a Lei de Greve do governo Dutra foi posta em xeque. Foram criados muitos sindicatos de bancários no interior do estado e a partir da iniciativa do Sindicato foi criado, em 1955, o Dieese - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (leia mais na pág. 152), fruto da articulação de entidades sindicais no sentido de se contrapor aos então manipulados índices oficiais de custo de vida. ■

■ Passeata dos bancários realizada em 5 de julho de 1951



■ O Sindicato, durante a greve de 1951, teve uma rotina incomum: os bancários vinham até ele assinar o ponto e eram atendidos dia e noite por plantonistas



■ Cartaz pintado à mão pelos bancários em greve



■ O presidente do Sindicato Milton Pereira Marcondes entrega as reivindicações da categoria aos banqueiros na campanha salarial de 1951

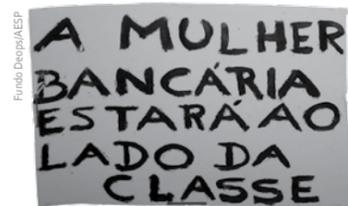
## A CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO FEMININO

A categoria bancária sempre contou com a participação das mulheres, cuja proporção nela foi aumentando ao longo do tempo. Ao contrário de muitas entidades de classe da época, as bancárias puderam filiar-se à Associação de Funcionários de Bancos desde sua criação em 1923. Certas atividades “femininas” foram cruciais para a permanência de homens e mulheres junto à entidade. Os concursos de Rainha dos Bancários, por exemplo, eram frequentemente relacionados às greves ou campanhas de sindicalização. Mas foi na década de 1950 que essa atuação se intensificou, culminando com a eleição das duas primeiras mulheres a participar da diretoria do Sindicato, Consuelo Toledo e Silva e Maria Aparecida Galvão, bem como a criação do Departamento Feminino do Sindicato em 1957. Desde então, com a crescente evolução da participação feminina no trabalho bancário, questões como a luta por creches, contra a discriminação da mulher nos bancos, nos salários e na carreira, e contra o assédio moral e sexual tornaram-se frequentes no dia a dia das bancárias e nas reivindicações do Sindicato. ■

Com as flores, Clementina Sant'Agostino, a primeira Rainha dos Bancários, eleita durante a greve de 1934



Consuelo Toledo e Silva, diretora do Sindicato, votando a ratificação do Contrato Coletivo de Trabalho, em 1956



Cartaz destacando a participação das bancárias durante a greve de 1951



Passeata de 1º de Maio

## O fim do trabalho aos sábados

O início dos anos 1960 foi um período de intensa mobilização e importantes conquistas. As lutas por mudanças estruturais no país, as chamadas “reformas de base” (que incluíam, entre outras, uma “reforma bancária progressista”) empolgavam muitos trabalhadores. Diversos sindicatos, inclusive o dos bancários de São Paulo, organizaram-se em torno do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Foi nesse contexto que, na campanha salarial de 1962, o Sindicato conquistou a extinção do trabalho aos sábados nas agências bancárias, antiga reivindicação da categoria. No final daquele mesmo ano, a conquista era transformada em lei válida para todo o território nacional, com a aprovação do projeto de autoria do deputado Salvador Losacco, ex-presidente do Sindicato. ■

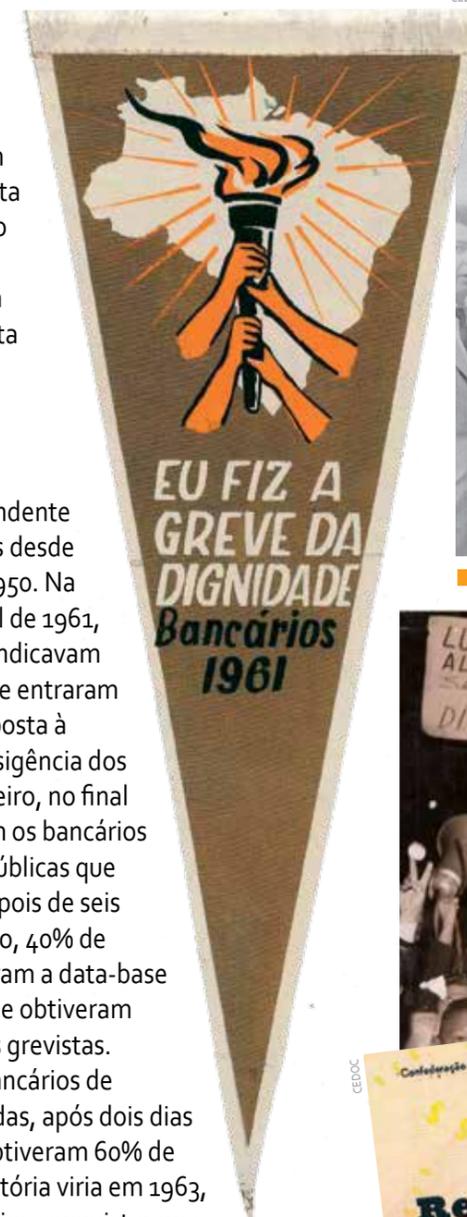


O dirigente bancário Salvador Losacco discursa no Congresso Sindical Nacional em 1960

## 1961: A GREVE DA DIGNIDADE

Brasil vivia então sob a égide de um governo trabalhista presidido por João Goulart, embora ainda tolhido pela via parlamentarista que os setores conservadores impuseram para tentar bloquear a mobilização ascendente dos trabalhadores desde o final dos anos 1950. Na campanha salarial de 1961, os bancários reivindicavam 60% de aumento e entraram em greve em resposta à tradicional intransigência dos banqueiros. Primeiro, no final de outubro, foram os bancários das instituições públicas que conquistaram, depois de seis dias de paralisação, 40% de aumento, unificaram a data-base em cinco estados e obtiveram a não punição aos grevistas. Dias depois, os bancários de instituições privadas, após dois dias de paralisação, obtiveram 60% de aumento. Nova vitória viria em 1963, quando os bancários conquistaram o anuênio.

Em um contexto de crescente mobilização dos trabalhadores em torno das chamadas reformas de base, o movimento sindical alcançou grande expressão pública e conquistou direitos como o 13º salário. ■



Flâmula do Sindicato distribuída aos grevistas



Na greve de 1962, entre os piqueteiros, o deputado federal Salvador Losacco



Campanha salarial de 1960



Projeto de Reforma Bancária formulado pelo movimento sindical em 1962

## A DITADURA CIVIL-MILITAR

Em 1º de abril de 1964, as forças políticas conservadoras, em aliança com os setores reacionários das Forças Armadas, apoiadas pelo imperialismo norte-americano, derrubaram o governo constitucional do presidente João Goulart, pondo fim a um período de crescente mobilização popular. Os trabalhadores organizados e seus sindicatos foram um dos principais alvos do novo regime ditatorial. Centenas de entidades sindicais sofreram intervenção governamental, inclusive o Sindicato dos Bancários de São Paulo. Entre as primeiras medidas da ditadura esteve a cassação dos direitos políticos, por dez anos, de 376 bancários do Banco do Brasil, bem como de diversos outros militantes e sindicalistas da categoria. Além disso, o regime militar introduziu uma série de modificações que afetariam fortemente os trabalhadores em geral e os bancários em particular. A instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que acabou com a estabilidade, a extinção do IAPB e a reforma bancária, a qual permitiu a formação de grandes conglomerados financeiros, foram algumas delas.

Os sindicatos, inclusive o dos bancários, ficaram acudados pelo regime repressivo da ditadura, que se acentuou após a promulgação do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, fazendo com que, muitas

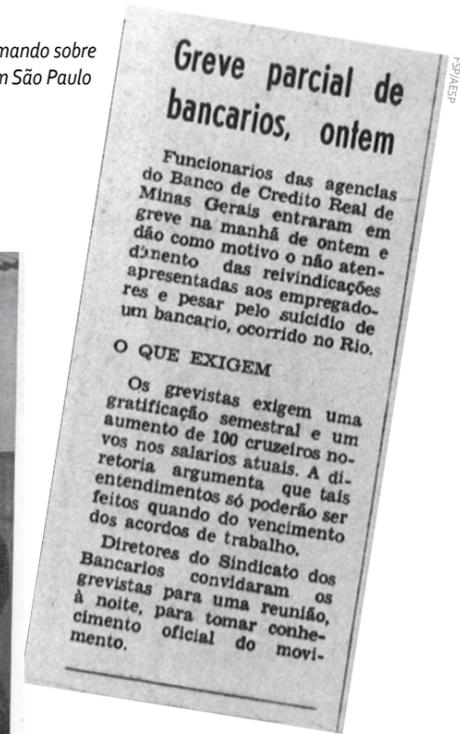


Capa da Fôlha Bancária marca bem o clima de 1968

vezes, sua atuação fosse omissa e de colaboração com o governo e os empresários. Apesar das diversas manifestações das bases no sentido da mobilização, as direções sindicais

frequentemente empenhavam-se em abafar o descontentamento com a política de recessão e arrocho a que eram submetidos os trabalhadores pela ditadura. ■

Nota de jornal de 1968 informando sobre greve em agência de banco em São Paulo



Cerimônia de posse, em setembro de 1965, da diretoria eleita após o fim da intervenção da ditadura no Sindicato. Ao microfone, o presidente do Sindicato José Maurício do Valle



Comemoração do 1º de Maio de 1970 (da esquerda para a direita): Coqueiro (têxteis); Joaquim dos Santos Andrade (metalúrgicos); Eros Almeida (presidente dos Bancários); Frederico Brandão (presidente da Federação dos Bancários de São Paulo); desconhecido; Essio Rosseto (têxteis); Augusto Lopes (químicos); e Lóris Pedro (diretor dos Bancários)

## A GREVE DE 1978: A MUDANÇA QUE VEM DA BASE



Capa da Folha Bancária em outubro de 1978



Assembleia de 24 de agosto de 1978, na Casa de Portugal

A campanha salarial de 1978 expressou toda a insatisfação da base do Sindicato, que desejava a desvinculação do piso salarial da categoria com o salário mínimo, o qual, por ser reajustado em maio, sempre deixava o piso abaixo desse valor, provocando uma crescente defasagem nos salários. Com a reivindicação de 65% de reajuste, os bancários resolveram entrar em greve no final de agosto daquele ano. O gesto voluntarioso acabou se confrontando com a incapacidade e a falta de empenho da diretoria em levar a decisão à prática. O resultado foi o esvaziamento da greve e sua resolução no Tribunal Regional do Trabalho com um acordo bastante desfavorável, que não contemplou a desvinculação do piso da categoria ao salário mínimo. ■



Parades preparatórias da greve de 1978

Aspecto de agência durante a greve



## O NOVO SINDICALISMO E A VITÓRIA DA OPOSIÇÃO BANCÁRIA

As greves dos metalúrgicos do ABC e de São Paulo no final dos anos 1970 recolocaram os trabalhadores no cenário público nacional. Em um contexto de luta pela redemocratização do país, as ações da diretoria do Sindicato dos Bancários durante a greve de 1978 seriam a gota d'água para a categoria. Em 1979, depois de a situação ter adiado as eleições sindicais programadas para 1978, a Oposição Bancária ganharia o pleito, sob a presidência de Augusto Campos.

Naquele ano, depois de realizar um Congresso Municipal para estabelecer as reivindicações, a nova direção do Sindicato iniciou a campanha salarial. Face às negativas dos banqueiros, foi declarada greve, em setembro, a qual foi violentamente reprimida. A ação policial degenerou em um incontrolável quebra-quebra no centro de São Paulo, levando ao encerramento da greve. Quatro diretores tiveram seus mandatos cassados pelo Ministério do Trabalho e, apesar de algumas pequenas conquistas, a greve foi marcada por insucessos. Por outro lado, a experiência adquirida nesse movimento permitiu ao Sindicato avançar no conhecimento do cotidiano dos bancários, na organização dos locais de trabalho, na coordenação nacional da categoria e no diálogo com a sociedade para a obtenção de seu apoio. ■



Lula participa da assembleia dos bancários em 1980. Ao seu lado o presidente do Sindicato, Augusto Campos (1979-1981) e outros dirigentes da categoria



A Oposição Bancária em campanha



Quebra-quebra no centro bancário durante a greve de 1979



Operação Fecha Banco em 1981



Cartaz pede a volta dos diretores dos bancários cassados nas greves do Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais



Propaganda eleitoral da Oposição Bancária em 1979

# 1983: GREVE GERAL, INTERVENÇÃO NO SINDICATO E RESISTÊNCIA

Cartaz convocando para greve geral contra a política salarial da ditadura



O ano de 1983 foi pontuado por uma série de intervenções da ditadura na política salarial. Para enfrentar a severa crise econômica que castigava o país, o governo militar recorreu ao Fundo Monetário Internacional, intensificando as políticas recessivas do regime. Diante da forte reação do movimento sindical, que aprofundava sua organização e lutas, a ditadura, mesmo nos seus últimos momentos, ainda reagia com sua característica força e autoritarismo. Assim ocorreu quando os bancários, juntamente com outras categorias, organizaram a primeira greve geral desde 1964 contra a política salarial do governo no dia 21 de julho de 1983. Na véspera, a polícia invadiu o Sindicato e prendeu diretores e funcionários e no dia

seguinte o Ministério do Trabalho interveio no Sindicato, cassando a diretoria no dia 19 de agosto. No entanto, nem a diretoria cassada, tampouco a categoria, o movimento sindical e a sociedade se deixaram intimidar. A partir das ruas a diretoria cassada continuou dirigindo a categoria e manteve a publicação e a circulação diária da *Folha Bancária*, acrescentando ao título "Livre". Mesmo com a proibição por parte dos interventores da utilização do espaço do Sindicato, outros lugares foram ocupados para a realização da campanha salarial de 1983. Mas à intransigência dos banqueiros somou-se a dos interventores, que não permitiram a presença da diretoria cassada nas negociações, o que levou a campanha de 1983

ao dissídio no Tribunal Regional do Trabalho, que concedeu os mesmos termos acordados para os bancários do interior do estado. ■

Assembleia da campanha salarial realizada no Sindicato dos Marceneiros, em 4 de agosto de 1983



No dia 20 de julho de 1983 a repressão invadiu o Sindicato



Passeata exigindo o fim da intervenção no Sindicato



A diretoria cassada manteve a publicação diária da *Folha Bancária Livre*



A diretoria cassada manteve suas atividades com a contribuição da militância e da população

## ■ ACABANDO COM A DITADURA... NO PAÍS E NO SINDICATO

Entre os anos de 1983 e 1984, os brasileiros, nos sindicatos e nas ruas, disseram com muita clareza à ditadura que dela estavam fartos. Com o apoio do Sindicato, em 28 de agosto de 1983, Dia do Bancário, era fundada, em São Bernardo do Campo, a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Meses depois, em 27 de novembro, em um comício defronte o estádio do Pacaembu, na cidade de São Paulo, iniciou-se o movimento das Diretas Já, que durante meses levou milhões de brasileiros às ruas e praças públicas. Mesmo com a derrota do movimento e a eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney pelo Colégio Eleitoral, as Diretas Já! representaram o golpe final na ditadura.

Na campanha salarial de 1984, a diretoria cassada dos bancários, com o apoio da Federação dos Bancários do Estado de São Paulo, conseguiu sentar-se à mesa de negociações e, apoiada em uma articulação nacional, realizou mobilizações e paralisações que resultaram em acordos positivos para a categoria.

Em meio a essa luta, em 7 de dezembro de 1984, surgiu a notícia do fim da intervenção e da convocação de eleições para fevereiro de 1985. Ao pleito houve somente uma chapa inscrita: Resistência, presidida por Luiz Gushiken, que venceu e tomou posse em 8 de março de 1985. ■



■ 8 de março de 1985: o Sindicato, então presidido por Luiz Gushiken, era novamente dos bancários



■ A Chapa Resistência e integrantes da diretoria cassada



■ Passeata nas ruas do centro de São Paulo, em janeiro de 1984



■ A Folha Bancária notícia o nascimento da CUT



■ Comício das Diretas Já na Praça da Sé

## ■ A GREVE DE 1985: SE NÃO SACOU...

■ As principais reivindicações de 1985



■ Cartaz anunciando a greve de 1985

■ Os bancários alertam sobre a greve



■ São Paulo parou com a greve dos bancários



■ A "passeata dos 30 mil" que tomou conta do centro de São Paulo

Os militares deixaram de governar o Brasil, mas sua política econômica de arrocho salarial e inflação alta persistiu no governo da Aliança Democrática, que congregava PMDB e PFL. A situação era tão grave que o Sindicato chegou a incluir em sua pauta de reivindicações o reajuste trimestral dos salários. Mais que isso, o Sindicato investiu fortemente na organização nacional dos bancários, os quais desde 1982 já haviam unificado suas datas-base. Igualmente, trabalhou com afincamento para conquistar a opinião pública para as suas causas, caracterizando o banqueiro como o "inimigo público nº 1" – aquele que aviltava seus funcionários e desprezava seus clientes.

Na campanha salarial de 1985, à medida que a intransigência dos banqueiros arrastava as negociações, o Sindicato preparava a opinião pública para a greve, que acabou ocorrendo no dia 11 de setembro, a primeira paralisação nacional desde a década de 1960. Encerrado após dois dias, o movimento teve enorme visibilidade pública, contando com notável simpatia popular. Em São Paulo, enormes passeatas tomaram conta do centro financeiro da cidade. Conhecida por seu caráter festivo, a greve de 1985 foi um marco na história da categoria, uma grande experiência de luta que colocou o Sindicato entre as entidades de proa do movimento sindical do país. ■

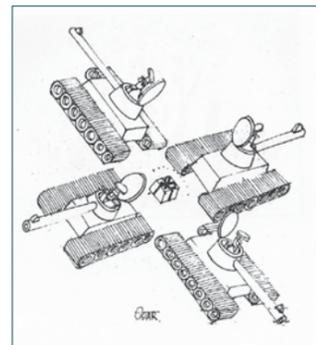
## OS BANCÁRIOS NA “NOVA REPÚBLICA”: CRISE ECONÔMICA E LUTA POR DIREITOS

O governo de José Sarney, saído do acordo de elites que o elegeu no Colégio Eleitoral de 1985, herdou uma economia corroída por um gigantesco endividamento. Por menos ortodoxas que aparentemente fossem as saídas que o governo buscava para solucionar os problemas econômicos, as vias escolhidas resultaram, invariavelmente, em arrocho salarial, desemprego e inflação. Assim foi com a profusão de planos econômicos, Cruzado I, Cruzado II, Verão... E a reação dos bancários e dos trabalhadores brasileiros não podia ser outra: protestos, organização e greves. Em março de 1987, os bancários realizaram nacionalmente, pela primeira vez, uma greve de nove dias fora da data-base, que ficou conhecida como “bola de neve”, pela forma como cresceu. Nas campanhas salariais de 1987, 1988 e 1989 ocorreram greves da categoria em defesa de suas reivindicações, bem como em abril de 1989 ocorreu outra paralisação nacional dos bancários fora da data-base.

Em janeiro de 1988 o Sindicato realizou eleições, escolhendo Gilmar Carneiro para presidir a entidade da categoria. ■



Charge mostra a forma autoritária como foram aplicados os pacotes econômicos do governo



A categoria foi seriamente atingida pelo descontrole da economia

Os trabalhadores brasileiros realizam greve geral em 12 de dezembro de 1986. Nesse mesmo ano, os funcionários da CEF, até então enquadrados como economiários, passaram a ser reconhecidos como bancários, fortalecendo a categoria



Gilmar Carneiro discursa durante a greve de 1986



Cartaz da campanha salarial de 1987

Adesivo da campanha salarial de 1989



Banquinha do Sindicato para coleta de assinaturas às emendas populares da Constituinte em 1987



Fora da data-base, acontece a greve “bola de neve” em março de 1987



Assembleia dos bancos privados em 1988

### Os bancários e a Constituinte

Entre 1986 e 1988, os bancários participaram de forma ativa no processo da Constituinte. Isso se deu tanto através da atuação do Comitê Bancário em Defesa do Povo na Constituinte, onde foram travadas discussões a respeito dos temas de interesse da categoria, como na participação em atividades de divulgação e coleta de assinaturas para as emendas populares. Além disso, a eleição de Luiz Gushiken, ex-presidente do Sindicato, como deputado federal constituinte, marcou a presença da categoria na elaboração da nova Carta. Assim, os bancários atuaram ativamente nos debates sobre as eleições diretas para presidente, os direitos dos trabalhadores, liberdade e autonomia sindical, não pagamento da dívida externa, reforma agrária e urbana, estatização do sistema financeiro, bem como em outras questões fundamentais para a cidadania. ■

## O INÍCIO DOS ANOS NEOLIBERAIS

As eleições diretas para presidente da República em 1989, que levaram ao poder Fernando Collor de Mello, representaram a vitória, no Brasil, de um projeto neoliberal. Tais ideias expandiam-se, desde os anos 1980, em escala planetária e buscavam diminuir o papel do Estado, atacar os direitos sociais e “maximizar” a intervenção do mercado na sociedade.

Pela primeira vez desde 1982, duas chapas, ambas no campo da CUT, disputaram, em 1990, as eleições do Sindicato, com a vitória da diretoria encabeçada por Gilmar Carneiro.

Nos seus primeiros dias, o governo de Fernando Collor decretou um novo pacote cujos resultados não diferiram dos anteriores: arrocho, desemprego e inflação. E, do mesmo modo, a reação dos bancários e demais trabalhadores foi mobilização, organização e greves.

Em maio, a CUT convocou uma greve geral contra as medidas do pacote e em junho os bancários realizaram uma paralisação nacional, conquistando antecipação salarial. Na campanha salarial de 1990, sob o bordão Essa Primavera Tem Que Ser Nossa!, os bancários inovaram na greve – que durou 13 dias – com atores, cortejos, bonecos, espetáculos, bandas de música e muita animação. Assim, contrapunham-se ao aparato midiático dos banqueiros que qualificava aquela mobilização com o

■ O então presidente do Sindicato, Gilmar Carneiro, e o ex-presidente e então deputado federal Luiz Gushiken na mobilização da campanha salarial de 1990



■ Greve geral de 22 e 23 de maio de 1990

epíteto de Setembro Negro. O resultado foi a conquista de 105% de reajuste, entre outras vitórias.

Na campanha salarial de 1991, além das conquistas, destacou-se o fato de que pela primeira vez, no caso dos bancos privados, não se recorreu à Justiça do Trabalho para o fechamento do acordo, mesmo depois de uma greve de três dias. As denúncias de fraudes e de corrupção envolvendo o governo Collor desencadearam uma ampla mobilização na sociedade brasileira, com ativa participação dos bancários, que levou ao impeachment do presidente em 1992. ■



■ Os bancários nas manifestações pró-impeachment



■ Adesivos das campanhas salariais de 1990, 1991 e 1992



■ Adesivo do Sindicato em favor do impeachment de Collor

■ A greve de 1991



■ Os velhos hábitos permanecem: a repressão à greve de 1991